

Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil

João Vitor Bitencourt¹

BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 292 p.

Artigo enviado em julho de 2021

Artigo aprovado em setembro de 2021

Tatiana Brettas, economista e assistente social, nos presenteia com uma relevante obra que é fruto da sua tese de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A sua experiência nas áreas de economia política, formação econômico-social brasileira, fundo público e política Social, possibilita desenvolver uma obra de fôlego para o(a) leitor(a) entender quais os elementos que particularizam as políticas sociais e perceber as novidades sobre o tema.

Lançado em 2020, consiste em um aprofundamento com modificações substantivas no que se refere à tese, em especial acerca dos temas da constituição endógena do capital financeiro no Brasil e a financeirização e as políticas sociais no neoliberalismo. O novo livro – *Capitalismo Dependente, Neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil* (2020), divide-se em 4 capítulos que serão refletidos a seguir. Apesar de se tratar de uma leitura com temas e questões árduas e de teor científico rigoroso, organiza-se de forma bem explicativa e eficiente.





No capítulo 1, intitulado Da acumulação primitiva à financeirização do capital financeiro, a autora demonstra a sua aproximação com o legado de Marx. O tema é o capital como relação social baseada na produção de valor e exploração da força de trabalho, a autora se esforça para estabelecer uma relação histórica e teórica entre produção e finanças e como isso se desdobra ao longo do tempo.

Brettas inicia com a preocupação sobre o capital portador de juros presentes na obra de Karl Marx, fazendo uso, em especial, das seções IV e V do Livro Terceiro de O Capital. Retorna-se ao processo de acumulação primitiva, que se constituiu como ponto de partida da acumulação capitalista – a violência se tornou potência econômica e a separação entre produtores e os meios de produção retirou dos(as) trabalhadores(as) a possibilidade da própria subsistência.

Traz-se os temas do papel da acumulação da dívida pública, do sistema internacional de crédito, da transferência de recursos por meio da dívida pública de uma nação para outra, além disso Brettas, sob os termos de Marx (1988), resgata que o capital é, em essência, produção e expropriação da mais-valia gerada no circuito produtivo, e o capital portador de juros, grosso modo, o “fazer dinheiro com dinheiro”, também, está inserido no processo de produção da sociedade capitalista.

Ainda, Brettas resgata o debate do Imperialismo, do capital financeiro e a etapa da financeirização. Posteriormente se debate a financeirização do capital financeiro enquanto fase significativa de análise do século 20. Ao final desse capítulo a autora trata de promover reflexões resgatando autores como Harvey (2008), Mandel (1985), Chesnais (2005), entre outros. Tem-se incríveis diálogos sobre a lógica capitalista de poder desse século, a acumulação de capital e as crises de superprodução na garantia de superlucros, a formação do mercado de eurodólar, a mundialização do capital e a hegemonia norte-americana por meio do regime de acumulação de dominância financeira, e por fim um debate fundamental em torno das ideias de David Harvey (2008) e Virgínia Fontes (2010) sobre acumulação ampliada e expropriações.

No capítulo 2, intitulado O capitalismo dependente e a consolidação dos monopólios no Brasil, se analisa a constituição do capital financeiro no país, as alterações entre o setor produtivo e as finanças e sua articulação com o Estado no período do golpe empresarial-militar. Para isso, situa-se o contexto da formação do capitalismo dependente brasileiro. O debate principal desse capítulo envolve os caminhos da superação e do subdesenvolvimento do Brasil no contexto da América Latina, como se deu o avanço das forças produtivas e o desenvolvimento econômico no país ao decorrer do final do século 19 e durante o século 20.

Questões como as heranças do período colonial brasileiro e a história da exploração do trabalho escravo são temas tratados nesse capítulo, tal como a produção de mercadorias assentada na busca pela ampliação da margem de lucro, a modernização e a industrialização, bem como a liberação de capitais para novos empreendimentos. Bretas chama atenção às contradições das explicações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), defensores do desenvolvimentismo, aprofundando a discussão sobre o capitalismo dependente e o processo de desenvolvimento desigual.

Ainda, a autora reflete sobre a situação econômica e política do país, dos anos de 1930 ao período da ditadura empresarial-militar, em que se trazem provocações sobre os papéis da burguesia industrial e os capitais estrangeiros, a base popular e/ou operária da época e as contradições postas pelo poder militar e econômico que garantiu a sua hegemonia na condução do capitalismo dependente brasileiro, sob a condução da violência que permitiu extrair taxas de mais-valia (exploração) cada vez maiores. Uma indagação central é que a autora destaca que, no período ditatorial, estabeleceu-se uma nova mentalidade na área financeira via o fortalecimento desse setor por meio da concentração do mercado e fusões de bancos, tal como pelo estímulo das políticas de crédito e facilidades para investimentos – estimula-se o mercado de capitais.





Por fim, a nova Constituinte e o processo de “redemocratização” são debatidas à luz da ideia da condução “pelo alto” – uma transição fraca que, nos termos de Coutinho (2000, p.93) manteve “traços autoritários, excludentes e tradicionais”. Um fato é que se manteve o bloco dominante no poder composto pelos latifundiários, a grande burguesia dependente e os conglomerados imperialistas, e o processo de centralização do capital, naquele momento, não chegou a propiciar um imbricamento entre o setor produtivo e o financeiro, o que ocorreu somente nas primeiras décadas do século 21 com a participação do Estado.

O capítulo 3, intitulado O neoliberalismo e a constituição endógena do capital financeiro no Brasil identifica a partir de que momento se dá a constituição interna do capital financeiro no Brasil. A entrada mais profunda no circuito mundial das finanças beneficiou frações da burguesia brasileira e dependeu de um conjunto de mudanças implementadas pelo Estado a partir dos anos 1990.

Com o auxílio do estudo de Castelo (2013) se resgatam diferentes autores(as) que tratam do neoliberalismo: aqueles que entendem o neoliberalismo como ideologia e os(as) que o percebem como um “projeto de recomposição do poder burguês”. Defende-se que, desde as crises de acumulação e do bem-estar social, o neoliberalismo foi sendo implementado sob o véu da “democracia” burguesa, fazendo uso de uma dialética combinada entre coerção e consenso. Os Estados, longe de se tornarem mínimos, precisavam ser fortes e robustos para implementar mudanças e sustentá-las – com isso a autora traz para o debate a construção das bases para a financeirização no Brasil.

Mostra-se que o fenômeno da financeirização pressiona e reorganiza a base produtiva e aprofunda a superexploração da classe trabalhadora, transferindo valor em direção ao centro imperialista do sistema. Brettas traz com maestria temas como a abertura do mercado externo, a privatização, a desregulamentação e as medidas de ajuste fiscal, o redimensionamento dos bancos e o redirecionamento das atividades de expansão de crédito, o endividamento das famílias, entre outros temas

que se complementam e demonstram a transferência do patrimônio nacional para o estrangeiro, ao mesmo tempo que se vive o enfraquecimento do potencial combativo de sindicatos e movimentos sociais.

Uma questão importante é que, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, o grande capital manteve a hegemonia. A mudança está no fato que a política de conciliação de classes melhorou a posição da burguesia interna no bloco de poder político. Em sua obra, Bretas sinaliza que nesses governos há um amplo apoio do Estado, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para permitir a constituição endógena do capital financeiro no país. A tese da autora, nesse capítulo, é a de que o comportamento do BNDES e o imbricamento produzido com o setor produtivo podem caracterizar um processo de constituição endógena do capital financeiro no país. Até então, a presença dessa forma de ser do capital estaria presente em território nacional por meio da atuação do capital estrangeiro.

A autora promove um debate que vai do Estado monopolista no Brasil, que emerge na ditadura empresarial-militar, ao cenário atual em que se tem o Estado como sócio proprietário de empreendimentos privados e os fundos de pensão sob a ótica do capital, no qual se fortalece a internacionalização por meio da multinacionalização das empresas brasileiras com o apoio do BNDES. O cenário da crise internacional de 2007 e a queda no preço dos commodities a partir de 2011, e o sucesso do golpe de 2016 por meio de uma manobra jurídico-parlamentar, também são objeto de discussão.

No capítulo 4, intitulado A financeirização e as políticas sociais no Brasil neoliberal, o debate principal está na reconfiguração das políticas que ampliam o escopo da financeirização no cotidiano da classe trabalhadora. Bretas aponta que a constituição endógena do capital financeiro, por meio do BNDES e dos fundos de pensão, contribuiu para um conjunto de alterações na gestão dos recursos públicos e a pilhagem do fundo público para alavancar o capital portador de juros. Detém-se a três aspectos no campo das políticas sociais, todos envolvendo o



fundo público: a adoção de uma política de ajuste fiscal permanente; o estímulo, via isenções fiscais e alterações na legislação, do empresariamento de políticas sociais; e a ampliação da política de crédito.

Aponta-se que o fundo público, mais que recurso arrecadado por meio de impostos, é a apropriação, pelo Estado, de parte da riqueza produzida – que pode ampliar taxas de lucro ou melhorar as condições de vida. O sistema tributário aparece por meio de uma combinação mediante impostos regressivos, progressivos, e/ou proporcionais entre contribuição e nível de renda. O Estado brasileiro tem tido um papel-chave para viabilizar a política tributária regressiva como mecanismo de consolidação do projeto neoliberal, sob o aumento da superexploração (p.216), contribuindo de inúmeras formas para o retorno mais favorável ao capital – em especial remunerando credores da dívida pública, disponibilizando créditos e contratos e editais com o setor privado.

Em diálogo com Behring (2010), Brettas cita que o fundo público se torna um elo fundamental na reprodução do sistema e passa a se constituir como um componente “in fluxo” presente no ciclo D-M-D”, que participa do processo de produção e reprodução ampliada do valor. O Estado nas economias dependentes expressa o caráter autoritário baseado na superexploração e na criminalização das resistências populares, na defesa por salários abaixo do mínimo, na intensificação e extensão da jornada de trabalho, e no desenvolvimento de políticas sociais fragmentadas e corporativas com uma atuação por intermédio de grandes empresas estatais, e na produção de bens de capital e infraestrutura (p.222–31).

À guisa de conclusão, destaca-se que a obra é marcada pelo fôlego e pela ousadia! A imersão em temas tão complexos é, sem dúvidas, um grande desafio. A obra acumula importantes contribuições sob a perspectiva da totalidade. Por essa razão, apesar do leitor(a) se deparar com um conteúdo custoso para análise, encontra-se uma obra instigadora e provocante, marcada pelo entrelaçamento contínuo de

investigações históricas, econômicas e políticas, onde a intelectual fornece elementos primordiais para os(as) profissionais e pesquisadores(as) que se interessam pelo tema da política social na atualidade.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. *Crise do capital, fundo público e valor*. São Paulo: Cortez, 2010.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHESNAIS, François. *O capital portador de juros: acumulação internacionalização, efeitos econômicos e políticos*. São Paulo: Boitempo, 2005. p.35-67.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo no Brasil de hoje*. São Paulo: Cortez, 2000.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, [1972] 1985.

MARX, Karl. *O capital*. Livro Terceiro, vol. IV. São Paulo: Nova Cultural, [1894] 1988.

MARX, Karl. *O capital*. Livro Terceiro, vol. V. São Paulo: Nova Cultural, [1894] 1988.

Nota

- 1 Bacharel e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRIO) e integrante do Grupo de Estudos Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais – GESPD/PUC-Rio. Assistente Social Voluntário no Pré-Vestibular Comunitário Bonsucesso (PVCB) e no Grupo de Ação Social Comunitária do Vidigal/RJ (ONG GASCO). Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4123-8942>. E-mail: joaovitorbitencourt2016@gmail.com



